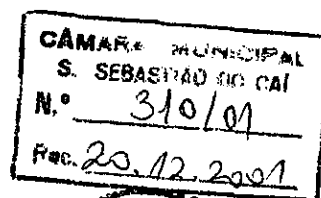


**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**



MOÇÃO DE PROTESTO E REPÚDIO

O Vereador Pedro Diomar Pacheco Flores, propõe que após ouvido o Plenário, seja encaminhada Moção de Protesto e Repúdio ao Projeto de Lei 5483/2001 (Câmara Federal) e que iniciou tramitação no Senado Federal como PLC nº 134/01, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional. O projeto de lei, altera o dispositivo do art. 618 da Consolidação do Trabalho-CLT, extinguindo e ou flexibilizando direitos trabalhistas históricos dos trabalhadores, tais como férias remuneradas, 13º salário, FGTS, horas extras, jornada de trabalho, licença maternidade, carteira de trabalho assinada e outros,

A moção deverá ser enviada para a Presidência do Senado Federal, ao Senhor RAMES TEBET, com solicitação de remessa a todos os Senadores da República, em especial aos Senadores presidente das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ao Senador Moreira Mendes (PFL/RO), que é relator na CAS, no seguinte endereço:

SENADO FEDERAL
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
70165-900 - Brasília - DF.

JUSTIFICATIVA

O projeto do governo federal, se aprovado, deixará os trabalhadores brasileiros num estado de desamparo legal com referência a seus direitos e submetidos a prováveis condições de escravidão. Não encontra um milímetro de apoio e concordância entre o povo brasileiro e vem com a intenção de atender apenas exigências estrangeiras, feitas pelo Fundo Monetário Internacional. É inadmissível aceitar que os Deputados e Senadores da República se achem com representação dos eleitores para terminar com os direitos trabalhistas dos mesmos, uma vez que sabemos que somente os direitos do trabalho podem assegurar dignidade à vida de quem trabalha e vive honestamente do seu trabalho. Os direitos trabalhistas em questão são históricos e sagrados para a dignidade de quem vive na condição de empregado.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2001.

Vereador Pedro Diomar Pacheco Flores
PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

SESSÃO REALIZADA	
EM: 27, 12, 2001	
PROPOSIÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/>	APROVADA
<input type="checkbox"/>	REJEITADA
<input type="checkbox"/>	MAIORIA
<input checked="" type="checkbox"/>	UNANIMIDADE
Presidente	

[Assinaturas manuscritas]

PROJETO DE LEI Nº 5.483, DE 2001

Altera o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 618. As condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Acompanhamento de Projetos 04-10-2001 – AAA NOVOS –03 - CNTC

AIC - Informação e Comunicação

Tema	LEGISLAÇÃO	TRABALHISTA//ORGANIZAÇÃO	SINDICAL/ACORDO
	COLETIVO/CONVENÇÃO COLETIVA		
Casa Legislativa	CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Autor	EXECUTIVO FEDERAL (GOVERNO FHC)		
Projeto na Casa	PL 5483/01		
Projeto na Origem	PL 5483/01		
Ementa	Altera o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943.		
Encontra-se	PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Momento	PLENÁRIO - APRESENTAÇÃO OU LEITURA DA PROPOSIÇÃO		
Situação Atual	A Proposição foi apresentada no dia 04/10/2001.		
Atualizado em	04/10/01		